

# Comunicação e incomunicação: aproximação complexo-compreensiva à questão\*



*Dimas A. Künsch*

*Doutor em Ciências da Comunicação (USP)  
Vice-coordenador e professor titular do Programa de Pós-  
graduação da Faculdade Cásper Líbero  
E-mail: dimas.kunsch@terra.com.br*

“**S**em inimigo não há guerra”, proclama Conrad Brean (Robert De Niro) em *Mera coincidência* (*Wag the dog*). No filme, Brean produz uma guerra sob encomenda, com o objetivo de desviar a atenção de um escândalo que ameaça a reeleição do presidente de seu país. O espetáculo é montado, e a guerra, fictícia, adquire estatuto simbólico de guerra real, desde o instante em que a mídia passa a repercuti-la com autêntica sofreguidão. Na guerra, onde, como se diz, a verdade é a primeira vítima, o carnaval de horrores tende a liberar a fantasia para o desenho e a pintura do inimigo com as cores convenientes aos propósitos do combate. Na visão de ambos os lados do conflito, as forças inimigas passam a incorporar todo o mal e a representar uma ameaça a ser extirpada, para o bem dos justos. Nesse sentido, pode-se afirmar, toda guerra concebe a si mesma como santa, ainda que diferentes possam ser as narrativas que o explicitam.

**Resumo:** A centralidade da comunicação e o otimismo nos ambientes das novas tecnologias arriscam relegar à insignificância a existência e o vigor crescente da incomunicação na contemporaneidade. O modelo racionalizante e reducionista de pensamento, gerador de incompreensão e de incomunicação, abre espaço, na reflexão, para a idéia de um pensamento de tipo complexo-compreensivo, dialógico, instaurador de uma nova ética em comunicação.

**Palavras-chave:** comunicação, jornalismo, epistemologia da comunicação.

*Comunicación e incomunicación: aproximación complejo-compreensiva a la cuestión*

**Resumen:** La centralidad de la comunicación y el optimismo en los ambientes de las nuevas tecnologías arriesgan relegar a la insignificancia la existencia y el vigor creciente de la incomunicación en la contemporaneidad. El modelo racionalizante y reducionista de pensamiento, generador de incompreensión y de incomunicación, abre espacio, en la reflexión, para idea de un pensamiento de tipo complejo-compreensivo, dialógico, instaurador de una nueva ética en comunicación.

**Palabras clave:** comunicación, periodismo, epistemología de la comunicación

*Communication and incommunication: a complex-comprehensive approach to the question*

**Abstract:** The communication centrality and the optimism in the new technologies environments dare to reject to the insignificance the existence and the increasing strength of incommunication on the contemporary days. The rationalizing and reducing model of thought, supplier of incomprehension and incommunication, brings an opportunity to reflect about the idea of a complex-comprehensive type, dialogical, profitable to a new ethic in communication.

**Key words:** communication, journalism, communication epistemology.

\* São aqui retomadas, reelaboradas e ampliadas noções desenvolvidas pelo autor em artigos publicados nos últimos dois anos. Mais diretamente, o texto reproduz em grande parte trabalho apresentado durante o Terceiro Encontro Internacional Comunicação, Cultura e Mídia, promovido pelo Centro Interdisciplinar de Semiótica da Cultura e da Mídia (Cisc), com o tema - “Os meios da incomunicação” (São Paulo, outubro de 2006).

Perverso e monstruoso, o inimigo é diferente, não é normal. É assim que o encara a propaganda bélica sob a égide do movimento de produção ideológica de sua imagem, uma ação que nos dias de hoje é reforçada por serviços de comunicação e de inteligência de última geração. “Todo fenômeno social de largo alcance gera linguagem própria ou, pelo menos, uma prática discursiva pela qual se montam e se difundem as significações necessárias à aceitação generalizada do fenômeno”, assinala Sodré (2004:21), num texto em que reflete sobre o tema da globalização. Guardadas as proporções, pode ser aplicada ao que aqui está sendo dito sobre a guerra a assertiva de que o “relativismo das significações é obviamente indesejável para um corpo de representações (...) que pretendem recalcar conflitos ou antagonismos” frente à idéia que a ideologia propõe. “Própria do mecanismo ideológico é a troca da parte pelo todo, isto é, da parcialidade do sentido (...) por uma totalidade ou universalidade ilusória” (Sodré, 2004:22). Assim, não é possível, numa guerra, imaginar um inimigo pela metade ou, digamos, um inimigo “normal”. “A ideologia pressupõe que ‘eu’ sou a norma, que todos são como eu, que qualquer coisa diferente ou outra não é normal”, resume Kellner (2001:83).

O inimigo precisa, de fato, ser odiado na alegria e na tristeza, na saúde e na doença. George Orwell, no clássico *1984*, fala da instituição dos “dois minutos de ódio”, parte do dia reservada à propaganda enaltecendo as conquistas do Grande Irmão e ao exercício do mais entranhado rancor contra o inimigo. Pode-se observar que, entre as muitas vantagens visíveis desse procedimento ideológico, está a de que são simultaneamente negadas, ou camufladas, sob o manto do ódio coletivo, as rachaduras em geral enormes desse edifício erigido em espetacular morada de supostos semelhantes.

Muito melhor morto que vivo, o inimigo faz bem à humanidade em desaparecer. E não parece haver qualquer problema no fato, nada incomum, de o inimigo de ontem, como num passe de mágica, se transformar no amigo de hoje. Para a Oceania, ainda segundo Orwell,

no volumoso dicionário do ódio, basta trocar a palavra Eurásia por Lestásia que se mantêm inalteradas as bases do sofisticado discurso contra o inimigo.

Deixando agora de lado o campo da ficção, as evidências, a esta altura bem conhecidas pelas mentes mais críticas, mostram que há mais que apenas algo de podre no Reino da Dinamarca na história das relações entre os Estados Unidos da América, Bin Laden, Talibãs, Aliança do Norte, Iraque, Saddam Hussein... De novo, é característico do discurso ideológico omitir ou esconder fatos e significações impróprias para si. Havendo necessidade, novos inimigos passam a ser buscados, com a urgência ditada pela vocação religiosa de preservar a ordem e de salvar o mundo. É assim, por exemplo, que, com o fim da Guerra Fria, o inimigo comunista é substituído pelo arquimimigo árabe. Os árabes, “malvados”, “vilões”, assumem as feições horrorosas do bandido da vez. Hollywood – para retomar o pensamento de Kellner – parece ler nas estrelas para onde sopram os ventos da geopolítica internacional. Desumanizados, os árabes são apresentados como violentos e infames:

Em geral, os filmes antiárabes dos últimos anos combinam ideologias racistas e chauvinistas que apresentam os árabes como a encarnação do mal, e os americanos, como a personificação do bem. Essa visão repete o que Edward Said (1978) descrevia como “orientalismo”: estabelece as virtudes do Ocidente por meio da delimitação das diferenças entre o Ocidente “civilizado” e o Oriente “selvagem”, que é pintado como irracional, bárbaro, subdesenvolvido e inferior ao Ocidente racional, refinado e humano (Kellner, 2001:119-120).

A fábrica poderosa de produção da imagem do inimigo encontra clientes, admiradores e aliados nas mais diferentes áreas, também na imprensa. Aliás, a grande máquina contemporânea da produção em série de informação, que “gosta de guerra” (Dornelles, 2002:27), costuma nutrir especial predileção pelo exercício solidário do estereótipo e da simplificação dos conflitos, quando não da satanização pura e simples do inimigo. Para

essa concepção de informação, a pressa é muito amiga da perfeição: *slow news no news*.

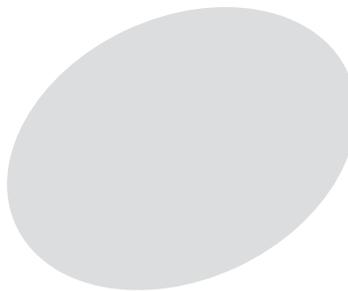
Desse modo, guerra é guerra também na imprensa escrita e falada. As mais modernas e promissoras tecnologias de informação e de comunicação se vêem transformadas agilmente em novos instrumentos de destruição e morte, filhas legítimas da incomunicação.

### ● **Jornalismo e incomunicação**

A guerra contra o Iraque (março-abril de 2003) constitui um dos momentos especialmente dramáticos, e de requintada ousadia, de aplicação do modelo dualista que divide o mundo entre salvos e renegados, como, igualmente, de aberta defesa, por parte da grande mídia ocidental – há exceções, evidentemente, que, no entanto, não ditam as regras –, das teses propagandeadas por um dos lados do conflito, os Estados Unidos da América e seus aliados mais diretos. O ponto alto da incomunicação é conhecido:

Na invasão do Iraque pelo exército americano, cerca de 500 jornalistas juntaram-se aos destacamentos militares como parte da tropa. Eram os jornalistas “embutidos” nos batalhões. O resultado foi a cobertura que todos testemunhamos, na qual as reportagens faziam parte das táticas de guerra e o jornalismo virou força auxiliar da invasão, com a tarefa específica de desinformar. Fizeram isso tão bem que foi a única operação bem-sucedida da invasão (Kucinski, 2005:108).

O engajamento guerreiro dos “embutidos”, a “única operação bem-sucedida” de que fala Kucinski, adquiriu, como era de se esperar, o *status* de caso mais citado, estudado e criticado nas análises. Porém, para além desse escancarado compromisso da mídia com as forças de ocupação, como adiantado, a intervenção bélica estadunidense como um todo contou com o generoso apoio da imprensa ocidental como um todo. As exceções nem de longe autorizam a isentar a imprensa desse seu viés guerreiro, dentro e fora dos Estados Unidos<sup>1</sup>. “A construção da guerra pelas redes de transmissão americanas”, por exemplo, é interpre-



“Os jornalistas e donos de mídia que se importam com a verdade não poderiam ter acreditado nas mentiras do governo Bush”, opina Talese

tada por Kellner “como geração de um canal para a administração Bush e a propaganda do Pentágono”. Ainda segundo esse autor, os repórteres que foram ao Iraque acompanhando as tropas aliadas – os *embedded* –, com suas transmissões “exultantes e triunfantes”, acabaram superando “qualquer propagandista pago”. Como “entusiasmados líderes de torcida”, eles “apoiavam o ponto de vista dos militares norte-americanos e britânicos, perdendo qualquer verniz de objetividade” (Kellner, 2004:65 e 67). Gay Talese, em entrevista à *Folha de S.Paulo*, é contundente:

Nós nos tornamos vítimas de uma farsa, de um governo que enganou o povo e a imprensa sobre as armas de destruição em massa no Iraque e a ligação entre Saddam Hussein e a Al Qaeda. Mas os jornalistas e donos dos veículos de mídia que se importam com a verdade deveriam ter checado, não poderiam ter acreditado nas mentiras do governo Bush (*Folha de S.Paulo*, 26/12/05:A16).

No Brasil, nas páginas numerosas da revista *Veja*<sup>2</sup>, a maior e mais importante semanal do País e quarta do mundo<sup>3</sup>, a indisfarçável propaganda de guerra adquire um brilho,

<sup>1</sup> Com isso, não se está afirmando a inocência ou isenção do “outro lado” em seu trabalho de informação sobre a guerra, com destaque para as emissoras árabes de TV, a Al Jazeera à frente. Tampouco, com esta última observação, se está retirando dos Estados Unidos o título de potência invasora, e, da guerra, o caráter de estúpida e assassina.

<sup>2</sup> Foram 28 reportagens nas cinco edições que cobriram diretamente a guerra, somando 117 páginas de texto e imagens, sem contar capas, editoriais, artigos, colunas, notas, charges e outros. No mesmo período, *Época* trouxe 26 reportagens (69 páginas) e *IstoÉ*, 22 (60 páginas).

<sup>3</sup> Com uma tiragem média de 1.250.000 exemplares, *Veja* perde apenas para três revistas congêneres dos Estados Unidos, *Time*, *Newsweek* e *U.S. News and World Report*.

*É como se a  
sede de sangue  
exigisse satisfação  
no altar onde se  
presta culto aos  
deuses do ódio e da  
violência bruta*



ou *glamour*, talvez apenas comparável ao das bombas da guerra dita “pós-moderna”: asséptica, com “menos mortes de civis”, milimetricamente certa em seus maravilhosos disparos – isso, evidentemente, nos boletins de guerra das forças invasoras, vazando impunemente para os textos da imprensa guerreira.

Guerra sem dor e sem choro, sem sangue, sem mortos... É como se o mundo devesse engolir essa história. Na era da velocidade da informação e da luz das imagens avassaladoras, a mentira imagina-se já não ter mais pernas curtas.

Nas páginas da semanal brasileira, a tese de que Saddam Hussein e o regime dele precisam ser “varridos do planeta” ganha volume na justa medida em que outros argumentos, antes assumidos como sólidos – ligações com a Al-Qaeda e existência de armas de destruição em massa –, vão se revelando frágeis e, por fim, indefensáveis. Mas não se pára uma guerra com a descoberta de que o rei está nu. É como se a sede de sangue exigisse satisfação no altar onde se presta culto aos deuses do ódio e da violência bruta. A partir desse momento, com ou sem ligações com a Al-Qaeda, com ou sem armas de destruição em massa, Saddam Hussein, no discurso das forças invasoras, converte-se em absolutamente mau e sanguinário, e isso basta. E haverá de ser destruído – e a cobertura, altamente enviesada, mais esconde que revela outras razões que podiam naquele momento histórico levar uma potência como os Estados Unidos a declarar guerra ao Iraque. Bate-se e rebate-se na tecla de que o ditador iraquiano ameaça a “ordem mundial”. “Além de presidir uma ditadura familiar e tribal que se mantém no poder à custa de tortura dos opositores, do assassinato e até mesmo do

genocídio, é também psicopata e sádico” (*Veja*, 19/3/03:48). Nas salas com ar condicionado da iluminada *Veja*, distante do barulho infernal das explosões, termos como “tribo” e “clã” assumem nesse contexto um forte apelo conotativo. Jamais são inocentes.

O regime de Saddam Hussein, continua o arremedo de reportagem interpretativa, “é um dos mais brutais de que se tem notícia”. A edição da última semana daquele março em guerra (26/3/03:64-67) – sempre, como de costume, ouvindo as fontes que convêm e aspeando declarações legitimadoras dos férreos juízos de valor da revista – assegura que o Oriente Médio é “uma região famosa pela produção de déspotas sanguinários”, e que, nesse cenário de horrores, a ditadura de Saddam é “fora do comum”, mais sanguinária que todas. É patente, ainda segundo a revista, o esforço dos Estados Unidos em transformar Saddam num grande vilão. “O fato é que a biografia do ditador é ainda pior que a propaganda”, legitima *Veja*.

Na mesma edição (26/3/03), o ímpeto guerreiro de satanizar o inimigo chega a ponto de assumir, sem constrangimento, a tese – da CIA – de que Saddam sofre de “narcisismo maligno”. Na explicação se diz que “as características de quem sofre dessa patologia são uma visão egocêntrica e messiânica do mundo, a incapacidade de demonstrar compaixão pelo sofrimento alheio, a paranóia e a ausência de consciência”. Saddam “sempre adorou a si próprio”, a vaidade do ditador é “sem tamanho”, ele nunca “descuidou da pintura” dos cabelos, “só dispensou o carinho das amantes nos primeiros anos de matrimônio” e “prefere louras”. Parafrazeando o poeta, tudo vale a pena quando a alma, empenhada numa guerra, não é pequena.

Textos dessa natureza acompanham fervorosamente as manobras das forças invasoras antes, durante e depois da guerra. As estratégias discursivas do jornalismo aferrado à idéia da defesa incondicional da ordem capitalista ocidental são repetidas *ad nauseam* em textos que apostam na idéia de que o leitor possui memória curta. A descrição de Saddam Hussein e de seus filhos, Uday e Qusay, deixa Lúcifer, o príncipe dos de-

mônios, com inveja. “Chefe tribal”, que “conta com o aparato repressivo mais sofisticado do planeta”, “truculento”, Saddam Hussein precisa urgentemente ser “defenestrado”. Se alguém tem dúvida do empenho obstinado de *Veja* na construção de uma imagem negativa do regime iraquiano, tem só que comparar os modos como a revista se refere aos Estados Unidos e a Bush, e, por tabela, também a Israel.

A campanha pró-“defenestração” do “açougueiro de Bagdá”, o “sanguinário” Saddam Hussein, articula-se, como se nota, no quadro mais amplo do reducionismo ideológico e do desrespeito contra as populações árabes muçulmanas – e, nesse contexto, as rápidas concessões que *Veja* faz a uma visão menos monocórdica e monocausal do mundo em pouco ou nada contribuem para reduzir o peso do rolo compressor da simplificação, que agride uma possível inteligência complexo-compreensiva da guerra. É “obscuro, agressivamente primitivo e vingativo” o mundo do “fundamentalismo islâmico”, diz *Veja* na edição do primeiro aniversário do 11 de setembro (11/9/02:56-57). O que existe, de fato, é “má vontade contra os Estados Unidos”, nesse “barril de pólvora” chamado “mundo islâmico”.

“Onde há democracia não há guerra”, anuncia a revista em 16 de abril de 2003, duas semanas antes de o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, vestido de piloto de guerra e a bordo do porta-aviões Abraham Lincoln, declarar o fim de uma guerra que, como hoje melhor se sabe, mal havia começado. Dados de pesquisas são puxados da manga da camisa do discurso guerreiro, com o intuito de legitimar a tese de que há o mundo livre e há o mundo não livre, o mundo deles, dos “homens de turbante”. A guerra é justa: “As nações livres e democráticas têm uma enorme responsabilidade na manutenção da paz mundial. Só elas podem ou não aceitar a existência de tiranias” (16/4/03:58). Mais claro que isso, impossível<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> Para uma análise mais completa da cobertura da guerra contra o Iraque, incluindo, além de *Veja*, as semanais *Época* e *Is-toÉ*, ver *O eixo da incompreensão: a guerra contra o Iraque nas revistas semanais brasileiras de informação*, tese de doutorado defendida pelo autor na ECA-USP em 2004.

## Pensar a incomunicação

Visto de forma geral, o desempenho da grande imprensa ocidental em sua cobertura da guerra contra o Iraque pode ser classificado bem no topo da lista que enumera os mais importantes casos de incomunicação internacional da atualidade. A incomunicação produzida pelo discurso guerreiro contra o diferente (Restrepo, 1998), discurso esse atravessado por preconceitos tanto quanto por reducionismos cognitivos e ideológicos, transforma o jornalismo da cobertura da guerra contra o Iraque numa espécie de soldado das visões ideológicas e dos interesses sociais, políticos e econômicos dos grupos ocidentais dominantes. Armado muitas vezes até os dentes, nos discursos que forja ou reproduz, esse simulacro de mediação social da informação parece assumir para si o conteúdo simbólico do antigo provérbio *si vis pacem para bellum*, se queres a paz prepara-te para a guerra. Complementa as estratégias discursivas da palavra escrita ou falada o festival de imagens atrofiadoras da informação e da compreensão, segundo o provérbio de que de tanta árvore já não se consegue mais ver o bosque. Imagens que nos devoram, mais do que são por nós devoradas – como aponta Baitello Jr. –, superfícies sobre superfícies, carentes dos conteúdos e significados dos tempos e espaços humanos, dos contextos históricos e culturais. Imagens que nos permitem “uma aproximação tangencial, um contato entre superfícies, sem aprofundamentos” (Baitello, 2005a:77).

“É preciso salvar a comunicação”, acredita Wolton (2006). Como ele diz, pensamos que as extraordinárias mudanças operadas pelas novas tecnologias da comunicação e da informação “trariam enfim um pouco mais de paz entre os povos, mas, infelizmente, não é porque o estranho, o outro, se tornou mais visível que a comunicação e a compreensão mútuas melhoraram” (Wolton, 2006:9). A maior visibilidade, portanto, não deve ser confundida com ganhos em comunicação. O autor cita a guerra contra o Iraque como exemplo. É preciso cuidar, ele reforça, para que a comunicação não desapareça sob o signo da incomunicação:

Os homens “comunicam-se” bem mais facilmente que no passado, ou seja, trocam com mais facilidade, mas a comunicação, isto é, a intercompreensão, não é proporcional à eficácia das técnicas. Complexa por natureza, a comunicação complicou-se ainda mais nestes últimos trinta anos, devido ao progresso técnico. *Hoje em dia todo mundo vê tudo ou quase tudo*, mas percebe, ao mesmo tempo, que não compreende melhor o que acontece. A visibilidade do mundo não basta para torná-lo mais compreensível. Sonhou-se com uma aldeia global; encontra-se a cacofonia de Babel. Na ponta dos canais e das redes, encontramos freqüentemente a incompreensão, para não dizer a incomunicação (Wolton, 2006:18-19).

Para os propósitos destas nossas reflexões, como deverá ficar mais claro logo adiante, é interessante observar como Wolton, nestes e em outros trechos, coloca lado a lado, até como sinônimos, os termos comunicação/incompreensão e incomunicação/incompreensão. Esse ponto de vista, é bom que se anote, diferencia as reflexões do autor de análises do fenômeno da comunicação que assumem outros pontos de partida. Como, por exemplo, Venício A. de Lima, quando afirma:

A comunicação cujo campo de estudos nos interessa é aquela que aparece tardiamente na história da humanidade e se constitui numa das importantes características da modernidade. Vale dizer, a comunicação que se distingue da comunicação humana *stricto sensu* pelo uso de tecnologias específicas e pelo surgimento de instituições. Contemporaneamente é aquela a que se convencionou chamar *meios de comunicação de massa (mass media)* ou *mídia* (Lima, 2004:23).

Avançando na reflexão, é possível, com a ajuda de Baitello Jr., reforçar a idéia de que, tão antigo quanto esquecido, o território da incomunicação humana levanta, hoje, no epicentro dos estudos e pesquisas sobre a comunicação, a urgência do debate sobre “seus impasses, seu boicote, seus entraves”. A incomunicação “ganha força e ousadia” no instante mesmo em que “mais ressaltamos e nos or-

gulhamos dos bons serviços e das qualidades da comunicação”, expressa esse autor. A incomunicação, ele continua, “provoca estragos, desfaz e desmonta, distorce e deforma, semeia discórdia e gera falsas expectativas, inverte sinais e valores, azeda as relações e produz estranhamentos discômodos” (Baitello, 2005:9).

### Pensamento complexo-compreensivo

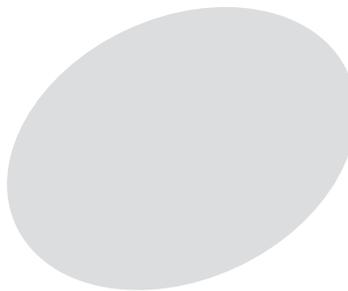
Tanto quanto os estudos e teorias da comunicação, a incomunicação terá também de ser investigada com instrumentais analíticos aptos a percebê-la em sua ampla diversidade e complexidade. Nem é preciso insistir que o fenômeno da incomunicação possui fortes raízes fincadas nos mais diferentes âmbitos da vida privada e pública, social, política, acadêmica. Nessa tarefa de pensar a incomunicação, melhor será preferir o trabalho com noções abertas que com conceitos fechados. A segurança cognitiva que esses conceitos prometem não deve esconder a ordinária mutilação dos objetos sobre os quais esses mesmos conceitos pensam em se debruçar. As primeiras palavras do *Discurso do método*, que afirmam que “o bom senso é a coisa mais bem distribuída do mundo” (Descartes, 1996:5), podem ser lembradas aqui, aplicadas à incomunicação. A simples experiência de vida mostra a presença da incomunicação nos mais distintos ambientes humanos, como, também, a diversidade de situações que o termo incomunicação evoca.

As análises teóricas dos conteúdos ideológicos das coberturas jornalísticas costumam ser abundantes. Não são, da mesma forma, raras as investigações de natureza mais técnica, que cuidam de apontar os limites e entraves de notícias e reportagens mal apuradas ou toscas em seus tratamentos com as fontes, com a pesquisa e a contextualização dos fatos, a falta de um texto bem cuidado, polifônica e polissemicamente bem-acabado. Para além das angulações ideológicas e técnicas das análises, entretanto, convém avançar o debate para o domínio específico do próprio conhecimento, ou do conhecimento do conhecimento, a epistemologia. Com que repertório cognitivo,

cultural, humano, é possível imaginar investido aqui o sujeito do ato do conhecimento em seu esforço de representação do mundo, ou de construção simbólica? Que modelo de conhecimento subjaz à narrativa guerreira do acontecimento? Evidentemente, essas questões podem apenas ser ligeiramente esboçadas no exíguo espaço de um texto como este.

As alternativas imagináveis ao problema do conhecimento de tipo reducionista, disjuntivo e simplificador não podem ser igualmente merecedoras, logo de entrada, do rótulo da não-complexidade e da incompreensão. Dialogar é preciso, com a consciência de que nenhum modelo epistemológico pode se imaginar senhor absoluto e onipotente da verdade sobre o conhecimento humano: não se inventa a roda, já não se põe mais o ovo de Colombo pela primeira vez em pé. O que é próprio de todo conhecimento que se propõe científico deve ser retomado aqui, numa perspectiva que condena todo egoísmo e toda arrogância, essas moedas nada raras em olímpicos espaços acadêmicos. Portanto, e de novo, a proposta que advoga a necessidade de compreensão e de diálogo não pode assumir como ponto de partida epistemológico a afirmação dogmática de uma certeza, ou o modelo fácil dos caminhos únicos.

Um ponto de partida, entretanto, é preciso haver, e, no âmbito de uma aproximação complexo-compreensiva aos objetos do conhecimento, o principal ponto de partida pode ser expresso do seguinte modo: preservadas, como convém, as tantas e já tão louváveis e louvadas virtudes disso que se convencionou denominar pensamento moderno, é possível identificar, nas matrizes desse pensamento e nas práticas por ele geradas, um rico acervo de conteúdos, princípios e tendências que criam ou reforçam a não-inteligência complexa da realidade, e, por tabela, a incompreensão intelectual e intersubjetiva, a incomunicação. Para efeito de dialogia, convém desde logo deixar claro que não é propriamente a razão humana enquanto tal que está sendo colocada em questão, mas a racionalização de toda relação sujeito-objeto, a transformação de certo mo-



*“O racionalismo que ignora a subjetividade é irracional. A racionalidade identifica suas insuficiências” (Morin)*

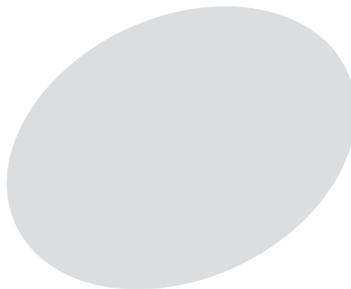
delo – parcelar – de razão em deusa absoluta geradora de todo conhecimento. Com efeito, quando fertilizada por uma inteligência aberta, não cega, a razão não é apenas “profundamente tolerante em relação às formas de pensamento que não se lhe assemelham” (Morin, 1984:125). É dialógica e complexa:

A verdadeira racionalidade, aberta por natureza, dialoga com o real que lhe resiste. Opera o ir e o vir incessante entre a instância lógica e a instância empírica; é o fruto argumentado das idéias. O racionalismo que ignora os seres, a subjetividade, a afetividade e a vida, é irracional. (...) Reconhece-se a verdadeira racionalidade pela capacidade de identificar suas insuficiências (Morin, 2000:23).

Voltando ao exemplo da cobertura jornalística da guerra contra o Iraque, observa-se que não é assim, como descrito por Morin, que acontece com a narrativa guerreira. Herdeira da face racionalizadora que impregna a grande tradição do pensamento moderno, e altamente contaminada por ela, a comunicação jornalística de tipo ordinário, industrial, na guerra como na paz, integra a seu modo a cultura científica habituada à “lógica arrasadora da guerra” de que fala Restrepo, lógica essa que cultiva, em solo fértil, “a intolerância do discurso total, aniquilador da diferença” (Restrepo, 1998:13). Lógica ilógica, pode-se afirmar, porque não dialógica. É mais ou menos incapaz de conversar sobre os múltiplos lados e ângulos de qualquer situação ou acontecimento de peso e valor, de conversar com diferentes saberes que tornam possível uma aproximação menos racio-

nalizadora e objetivizante aos seres, à vida, ao mundo. No universo monocêntrico, pobre, frio e desencantado da linguagem reducionista das causas e dos efeitos, e da promessa cartesiana de segurança e certeza, espaço não parece haver para a idéia de que o próprio “existir não é lógico” (Clarice Lispector), ou de que “a vida transborda o conceito” (Tomás de Aquino). A frieza do discurso científico “não é outra coisa senão a expressão das lógicas de guerra que se inseriram na geração do conhecimento, sem que possamos converter essa deformação histórica num único parâmetro de validade” (Restrepo, 1998:17).

*A compreensão faz conhecer. A compreensão é, pois, uma episteme, um elemento fundante do ato humano de conhecer*



Não complexa – tendo em conta o sentido latino original do termo *complexus*, de tecer e entretecer –, a narrativa reducionista e simplificadora costuma se dar bem com as abordagens mecanicistas e funcionalistas, porque habituada a ver o mundo qual máquina cujas peças executam tarefas precisas, destinadas ao funcionamento perfeito da engrenagem. Lubrificada nas águas oleosas da concepção linear da história humana, essa narrativa tem contra si, além disso, o fato de que posiciona sempre à frente, no *ranking* do progresso tido por inexorável, a civilização branca ocidental. Incapaz de pensar o mundo em termos de sinfonia de diferentes, prefere vê-lo como hierarquia de desiguais. Mergulhado até os cabelos em certezas, o *sapiens* afoga o *demens* no divã do pensamento alucinante. Não parece difícil perceber a promiscuidade dessa narrativa com os discursos ideológicos,

hoje mundo afora dominantes, de mercado e consumo. Mutilante, a lógica enviesada do conhecimento que desconhece, da informação que desinforma e da comunicação que incomunica, conduz a práticas igualmente mutiladoras. Arrogante, a “dureza do logos” (Restrepo) se faz íntima da incompreensão que produz a violência simbólica e física, e, no limite, a guerra.

Compreender, por seu turno, vem de *comprehendere* e evoca originalmente a idéia de juntar, abranger, abraçar. Nesse sentido, é compreensivo o pensamento complexo, ao estabelecer o pressuposto do diálogo entre disciplinas e saberes que a tradição moderna desuniu, ao preferir a síntese sem abdicar da análise. Compreensivo, intelectualmente falando, é o pensamento abrangente, aberto, dado ao confronto com a polissemia e a polifonia do conhecimento e do próprio real.

Mas a compreensão deve ser percebida também pelo lado, não menos nobre, da intersubjetividade, da atitude compreensiva frente ao outro, ao diferente, aos povos, às nações, às culturas – da atitude compreensiva, é preciso acrescentar, frente aos próprios objetos de conhecimento, uma vez que o mundo não está aí para servir de objeto para a depredadora idéia de domínio e transformação a qualquer custo. Inimiga da arrogância e do desprezo, a compreensão conclama, pois, para assumir uma ética não apenas no mundo estritamente humano, mas frente à própria natureza, gerando vínculos comunicativos com o planeta e respondendo, dessa forma, afirmativamente, aos apelos por sua preservação, num compromisso com as gerações futuras.

No campo específico do conhecimento, a ética da compreensão abomina o que Restrepo chama de “saber de guerra”, cuja intenção é a de “adquirir sobre o objeto do conhecimento um domínio absoluto, igual ao que pretendem obter os generais que se apossam das populações inimigas sob a divisa de terra arrasada” (Restrepo, 1998:14). A ética da compreensão, no campo da intersubjetividade, refaz a aposta no futuro da

humanidade. Em um e outro caso – eis o argumento – a compreensão *faz conhecer*. Possui, portanto, um estatuto epistemológico. Isso quer dizer que a compreensão, tanto no sentido que a torna parceira da complexidade quanto no da intercompreensão e da intersubjetividade, se faz conhecimento e se faz comunicação. A compreensão é, pois, uma *episteme*, um elemento fundante do ato humano de conhecer<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> Para uma discussão um pouco mais ampla sobre a relação entre complexidade e compreensão em sua interface com o paradigma do pensamento moderno, ver “*Compreendo, ergo sum*: epistemologia complexo-compreensiva e reportagem jornalística” e “Teoria guerreira da incomunicação: jornalismo, conhecimento e compreensão do mundo” (ambos Künsch, 2005).

## Perspectivas

Nunca, como hoje, tanta rede houve, de todo tipo, mundo afora. Tempo e espaço se comprimem e se redimensionam nos ambientes velozes das infovias da informação. As novas tecnologias de informação e comunicação trouxeram a guerra e a paz ao sofá da sala. A dúvida, no entanto, persiste, e parece mesmo se revigorar: onde a comunicação perdeu a comunicação?

Pensar hoje a comunicação exige o sentido da responsabilidade de compreender ao mesmo tempo os signos mais diversos da incomunicação. Ou de “sonhar também os pesadelos, para que eles não nos assolem sob a forma de monstros reais na vigília do dia seguinte” (Baitello, 2005:10). O desafio está posto.

## Referências

- BAITELLO JR., Norval. *A era da iconofagia: ensaios de comunicação e cultura*. São Paulo: Hacker Editores, 2005.
- BAITELLO JR., Norval; CONTRERA, Malena Segura e MENEZES, José Eugênio de O. (orgs.) *Os meios da incomunicação*. São Paulo: Annablume/Cisc, 2005.
- DESCARTES, René. *Discurso do método*. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- DORNELES, Carlos. *Deus é inocente: a imprensa, não*. São Paulo: Globo, 2002.
- KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia*. Bauru, SP: Edusc, 2001.
- \_\_\_\_\_. “Espetáculo e propaganda da mídia na guerra contra o Iraque: uma crítica das redes de transmissão dos Estados Unidos”. *Líbero*, 13/14, 2004, pp. 65-71.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalismo na era virtual: ensaios sobre o colapso da razão ética*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Editora Unesp, 2005.
- KUNSCH, Dimas A. *O eixo da incompreensão: a guerra contra o Iraque nas revistas brasileiras de informação*. Tese de Doutorado. São Paulo: ECA-USP, 2004.
- \_\_\_\_\_. “*Compreendo, ergo sum*: epistemologia complexo-compreensiva e reportagem jornalística”. *Communicare*, v. 5, n. 1, 1º semestre 2005, pp. 43-54.
- \_\_\_\_\_. “Teoria guerreira da incomunicação: jornalismo, conhecimento e compreensão do mundo”. *Líbero*, ano VIII, n. 15/16, 2005, pp. 22-31.
- LIMA, Venício A. de. “Breve roteiro introdutório ao campo do estudo da comunicação social no Brasil”. In: *Mídia: teoria e política*. 2. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2004, pp. 19-51.
- MORIN, Edgar. *O problema epistemológico da complexidade*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- ORWELL, George. 1984. 29ª. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- RESTREPO, Luis Carlos. *O direito à ternura*. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- SODRÉ, Muniz. “O globalismo como neobarbárie”. In: MORAES, Denis de. *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização, cultura e poder*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004, pp. 21-40.
- WOLTON, Dominique. *É preciso salvar a comunicação*. São Paulo: Paulus, 2006.
- Reportagens:  
 “Bush anestesiou imprensa e anulou oposição, diz escritor”. *Folha de S.Paulo*, 16/12/05:A16.  
 “Potência isolada”. *Veja*, edição 1794, 19/3/03, pp. 46-50.  
 “A formação de um tirano”. *Veja*, edição 1795, 26/3/03, pp. 64-67.  
 “Por que o Islã não sente remorso”. *Veja*, edição 1768, 11/9/02, pp. 56-57.  
 “Onde há democracia não há guerra”. *Veja*, edição 1798, 16/4/03, pp. 56-58.